



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 018/2026

Proc. Administrativo: 703/2026

DA FINALIDADE: Inexigibilidade de Licitação

DO OBJETO: Contratação de show artístico da dupla Humberto e Ronaldo, em comemorações alusivas ao 38º aniversário de emancipação político-administrativo do Município de Campo Novo do Parecis – MT, que acontecerá nos dias 02 a 04 de julho de 2026.

DO CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36, situada na Av. Mato Grosso, 66 NE, Centro.

DA CONTRATADA: **MAA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 22.316.617/0001-53, com sede na Rua do Ferro, nº 610, Parque Oeste Industrial, Goiania-GO.

DA JUSTIFICATIVA: O Município de Campo Novo do Parecis, há anos realiza a tradicional festa em comemoração ao aniversário da cidade, que este ano completa o seu 38º aniversário de emancipação político-administrativo. A festa atrai um grande público não só do nosso Município, mas de toda a região em busca de lazer e entretenimento.

Com esta iniciativa estimulam-se toda a cadeia produtiva do turismo no município, como também, proporciona lazer, entretenimento, constituindo-se em importante instrumento para o incremento de emprego e renda ao comércio local, aquecendo assim a economia do nosso município, em razão de grande fluxo de turistas que visitam o Município.

Dentre as atrações proporcionadas nesta festa comemorativa são as apresentações de shows artísticos de nível nacional, consagrados pela opinião pública, cujos quais são ansiosamente aguardados pelos munícipes, já sendo uma parte integrante do calendário oficial de eventos da cidade. A contratação do show nacional é crucial, não apenas para os residentes locais, mas também para atrair visitantes regionais, impulsionando o setor turístico e hoteleiro da região e proporcionando momentos de interação e lazer para todos os presentes.

O Município de Campo Novo do Parecis busca promover esta festa, com as apresentações de shows nacionais para toda a comunidade camponovense, visando



fortalecer a interação entre os cidadãos e incentivar investimentos culturais dentro do município.

Portanto, a presente contratação justifica-se pela necessidade de colocar um show nacional que atenda aos anseios do público e mantenha o estilo musical relacionado às festividades conforme todo ano vem ocorrendo, ofertando entretenimento à população de nossa região. A atração deve possuir características que se alinham com o perfil do público-alvo e o gênero musical e de estilo que tradicionalmente ocorre todos os anos, alinhando com o valor de cachê de acordo com a possibilidade do município.

DA RELAÇÃO DO ITEM COM QUANTITATIVO E VALOR: Por ser uma contratação específica e ante a impossibilidade de se estabelecer requisitos objetivos de comparação de propostas, não há como pesquisar contratações semelhantes e suas precificações, mas sim fazer a pesquisa de mercado, levando-se em conta as contratações anteriores do contratado através da apresentação de notas fiscais anteriores.

Na composição do valor estimado deverão ser levados em consideração, à consagração pela opinião pública, bem como prestígio do artista, sim como todos os custos de traslado, transporte aéreo e terrestre e demais itens constante na proposta, que deverá estar na apresentação das Notas Fiscais.

O valor da contratação do artista escolhido pelo Município para a apresentação no dia 02/07/2026 é de **R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)**, dos quais estão contemplados os custos detalhados a serem pagos a empresa, conforme determina o artigo 94 § 2 da Lei Federal 14.133/2021.

Nº ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR
01	17252	SHOW ARTISTICO	Serviço	1	R\$ 280.000,00

Os custos da presente contratação a serem pagos a empresa, envolve o cachê do artista, transporte, hospedagem, alimentação, e demais despesas específicas.

RESUMO DA CONTRATAÇÃO:

ITENS	TOTAL
Cachê	R\$ 161.844,77
Transporte terrestre (ônibus e carreta)	R\$ 14.100,00
Transporte Local (vans)	R\$ 2.400,00
Alimentação (diária de alimentação)	R\$ 3.200,00
Carregadores	R\$ 1.500,00
Hospedagem	R\$ 5.200,00
Camarins	R\$ 6.000,00



Mão-de-obra equipe técnica e músicos	R\$ 18.748,67
Encargos	R\$ 5.306,56
Impostos	R\$ 50.400,00
Locação backline	R\$ 11.300,00
VALOR TOTAL	R\$ 280.000,00

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

São obrigações da Administração Pública:

- a) É de responsabilidade do Contratante a obtenção de todos os Alvarás e/ou autorizações necessárias à realização do Evento, atendendo às regulamentações dos órgãos da Administração Pública de âmbito Federal, Estadual e Municipal, bem como, a obtenção das competentes autorizações da Ordem e Sindicato dos Músicos do Brasil, ECAD, responsabiliza-se ainda pelo recolhimento de quaisquer taxas, impostos ou tributos de outra espécie que se fizerem necessários para realização do Evento.
- b) O Contratante se obriga a providenciar e instalar no Local do Evento palco, sonorização, iluminação e energia elétrica para realização do evento.
- c) O Contratante se responsabiliza por tomar todas as medidas de segurança necessárias para garantir a integridade física dos artistas, músicos e equipe da banda no local em que for realizado.
- d) O Contratante se responsabiliza por efetuar o pagamento nas datas e prazos ajustados;
- e) Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos da lei nº 14.133/21;
- g) Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
- h) Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- i) O Contratante poderá firmar parcerias com outras instituições para subsidiar as responsabilidades aqui elencadas para a realização do show, exceto o pagamento do show, a fiscalização da prestação dos serviços e prestar as informações necessárias, que são exclusivos do Município.



DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações do fornecedor contratado:

- a) O contratado se obriga a se apresentar no dia, hora e local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Cultura, conforme ajustado e definido entre as partes, devendo o contratado, o artista e a sua banda com os devidos equipamentos comparecer e realizar a apresentação com qualidade e maestria, no evento em comemoração ao aniversário do município, promovido pelo **CONTRATANTE** com duração mínima **de 01h30 (uma hora e trinta minutos)**, de acordo com o repertório da banda, como compositores, músicos e intérpretes, respeitando todas as disposições do contrato.
- b) O contratado que detenha a exclusividade exclusiva deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços artísticos que serão postas;
- c) O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características do evento.
- d) O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da realização do evento, como cachê do artista e demais músicos que compõe a banda oficial, salários de seus empregados, transporte aéreo, traslado, alimentação, hospedagem, abastecimento de camarins, serviço de carga e descarga de equipamentos, sem qualquer ônus para a municipalidade.
- e) O artista deverá possuir todos os instrumentos musicais necessários à plena execução do objeto.
- f) O artista, músicos e equipe técnica do artista deverão autorizar a captação de imagens, áudio e fotos de suas apresentações para ampla divulgação do evento, sem qualquer ônus.
- g) Disponibilizar pessoa responsável para sanar quaisquer dúvidas, referente a prestação de serviços e repasse de informações necessárias para a execução das apresentações.
- h) A contratada obriga-se a fornecer boas condições para execução dos serviços;
- i) Retirar nota fiscal da prestação de serviços da apresentação do artista conforme valor a ser pago, nas dependências do município de Campo Novo do Parecis, conforme seus recolhimentos cabíveis a este serviço, tais como ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Quaisquer Natureza, conforme LEI N° 020/2008 e LEI



COMPLEMENTAR N° 035/2011, onde prevê que o ISSQN é devido no local da prestação de serviços sob alíquota de 5%.

j) Permitir que se realize no dia e local previsto da apresentação, convidados por esta prefeitura, em palco relacionados com a Secretaria Municipal de Cultura e, não havendo nenhuma interferência ou utilização do palco no momento do show, dando continuidade à apresentação.

k) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras que incidam ou venha a incidir na execução do serviço.

l) O Contratado se obriga a executar os serviços, objeto deste contrato, no dia **02/07/2026**, sendo a presente data evento exclusivo no município de Campo Novo do Parecis, sendo proibido a apresentação em outra localidade no mesmo dia.

m) O Contratado se obriga a apresentar “RIDER TÉCNICO” na assinatura do contrato.

n) O Contratado se obriga a apresentar na assinatura do contrato a relação do repertório musical para fins de pagamento de ECAD.

o) Na eventual ocorrência de casos fortuitos ou de força maior que impossibilitem a realização do evento, tais como, enfermidade do artista, atrasos de avião, aeroportos fechados, acidentes, condições climáticas muito adversas ou quaisquer outros fatos que impossibilitem à realização do evento, independentemente de aviso prévio, o Contratado fica ciente que será modificado o artista para a apresentação, devendo o Contratado restituir o valor pago de forma antecipada no prazo de até 02 dias úteis.

p) Tendo em vista que a contratação é para o aniversário do município, em havendo qualquer enfermidade do artista, que impossibilite a sua apresentação na data pré-definida, não haverá a possibilidade de apresentação em data futura em razão da perda do objeto, ou seja, por já ter passado o motivo da sua contratação e os festejos do aniversário da cidade.

q) No caso em que houver ausência injustificada do artista e dos integrantes da banda-show, o valor pago a CONTRATADA deverá ser reembolsado a CONTRATANTE, acrescido de multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o evento, sem prejuízos das sanções previstas em lei.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado em duas parcelas, sendo 50% (cinquenta por cento) do valor total, ou seja, R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), após a assinatura do contrato, e os



50% (cinquenta por cento) restante, que perfazem o valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), serão efetuados em até 48 horas anteriores ao adimplemento da execução dos serviços com apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, conforme determina o artigo 145 § 1 da Lei Federal 14.133/2021.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente deste contrato correrá por conta da dotação orçamentária:

05.002.13.392.0004.20023.3390000000.25000000000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

DO LOCAL, DURAÇÃO E PREVISÃO PARA INÍCIO DO SHOW: O show acontecerá no dia 02/07/2026, no Parque de Exposição, com duração de 1h30min (uma hora e trinta minutos), previsto para dar início com horário pré-definido entre as partes.

DO FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se na disposição do Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Campo Novo do Parecis/MT, 17 de abril de 2026.

Tarcísio Nascimento da Silva
Agente de Contratação

Ratifico a Inexigibilidade do procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e autorizada.

Edilson Antonio Piaia
Prefeito Municipal



CONTRATO Nº: XX/2026

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DERIVADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO XXX/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXX.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, com sede nesta cidade, Avenida Mato Grosso, nº 66 NW, centro, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 24.772.287/0001-36, representado por seu Prefeito Municipal, **Senhor Sr. EDILSON ANTONIO PIAIA**, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 22xxx4 SESP/MS, CPF sob nº 390.xxx.xxx-91, residente e domiciliado na Rua Goiás, 101 - NE, bairro Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis – MT

CONTRATADA: XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na rua XXXXXXXX, nº XXXX, XXXXXXXXXX, em XXXXXXXXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXX**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, n.º XXXXXXXXXX, XXXXXXXX, em XXXXXXXX.

FUNDAMENTO LEGAL: Este contrato decorre do Processo de Inexigibilidade de Licitação XXX/2026, com fulcro no art. 74, II, da Lei Federal 14.133/2021, e demais documentos constantes do Memorando n. XXXX, via 1DOC.

Todos conjuntamente denominados como Partes, tem entre si justo e contratado, o que mutuamente outorgam, aceitam e assinam convencionados pela Cláusulas e Condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de show artístico da dupla Humberto e Ronaldo, em comemorações alusivas ao 38º aniversário de emancipação político-administrativo do Município de Campo Novo do Parecis – MT, que acontecerá nos dias 02 a 04 de julho de 2026.

1.2 O Show a ser apresentado no dia 02 de julho de 2026 será xxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RELAÇÃO DO ITEM COM QUANTITATIVO E VALOR:

2.1 O valor da contratação do artista escolhido pelo Município para a apresentação no dia 02/07/2026 é de **R\$ 280.000,00 (trezentos e cinco mil reais)**, dos quais estão contemplados os custos detalhados a serem pagos a empresa, conforme determina o artigo 94 § 2 da Lei Federal 14.133/2021.

Nº ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR
01	17252	SHOW ARTISTICO	Serviço	1	R\$ 280.000,00



2.4 Os custos da presente contratação a serem pagos a empresa, envolve o cachê do artista, transporte, hospedagem, alimentação, e demais despesas específicas.

RESUMO DA CONTRATAÇÃO:

ITENS	TOTAL
Cachê	R\$ 161.844,77
Transporte terrestre (ônibus e carreta)	R\$ 14.100,00
Transporte Local (vans)	R\$ 2.400,00
Alimentação (diária de alimentação)	R\$ 3.200,00
Carregadores	R\$ 1.500,00
Hospedagem	R\$ 5.200,00
Camarins	R\$ 6.000,00
Mão-de-obra equipe técnica e músicos	R\$ 18.748,67
Encargos	R\$ 5.306,56
Impostos	R\$ 50.400,00
Locação backline	R\$ 11.300,00
VALOR TOTAL	R\$ 280.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

3.1 O show acontecerá no dia 02/07/2026, no Parque de Exposição, com duração de 1h30min (uma hora e trinta minutos), previsto para dar início com horário pré-definido entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O valor total da contratação é de **R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)**.

4.2 O pagamento será realizado em duas parcelas, sendo 50% (cinquenta por cento) do valor total, ou seja, R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), após a assinatura do contrato, e os 50% (cinquenta por cento) restante, que perfazem o valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), serão efetuados em até 48 horas anteriores ao adimplemento da execução dos serviços com apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, conforme determina o artigo 145 § 1 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 A despesa decorrente deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 05.002.13.392.0004.20023.3390000000.25000000000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 São obrigações da Administração Pública:

a) É de responsabilidade do Contratante a obtenção de todos os Alvarás e/ou autorizações necessárias à realização do Evento, atendendo às regulamentações dos órgãos da Administração Pública de âmbito Federal, Estadual e Municipal, bem como, a obtenção das competentes autorizações da Ordem e Sindicato dos Músicos do Brasil, ECAD, responsabiliza-se ainda pelo recolhimento de quaisquer taxas, impostos ou tributos de outra espécie que se fizerem necessários para realização do Evento.



- b) O Contratante se obriga a providenciar e instalar no Local do Evento palco, sonorização, iluminação e energia elétrica para realização do evento.
- c) O Contratante se responsabiliza por tomar todas as medidas de segurança necessárias para garantir a integridade física dos artistas, músicos e equipe da banda no local em que for realizado.
- d) O Contratante se responsabiliza por efetuar o pagamento nas datas e prazos ajustados;
- e) Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos da lei nº 14.133/21;
- g) Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
- h) Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- i) O Contratante poderá firmar parcerias com outras instituições para subsidiar as responsabilidades aqui elencadas para a realização do show, exceto o pagamento do show, a fiscalização da prestação dos serviços e prestar as informações necessárias, que são exclusivos do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações do fornecedor contratado:

- a) O contratado se obriga a se apresentar no dia, hora e local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Cultura, conforme ajustado e definido entre as partes, devendo o contratado, o artista e a sua banda com os devidos equipamentos comparecer e realizar a apresentação com qualidade e maestria, no evento em comemoração ao aniversário do município, promovido pelo **CONTRATANTE** com duração mínima **de 01h30 (uma hora e trinta minutos)**, de acordo com o repertório da banda, como compositores, músicos e intérpretes, respeitando todas as disposições do contrato.
- b) O contratado que detenha a exclusividade exclusiva deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços artísticos que serão postas;
- c) O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características do evento.
- d) O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da realização do evento, como cachê do artista e demais músicos que compõe a banda oficial, salários de seus empregados, transporte aéreo, traslado, alimentação, hospedagem, abastecimento de camarins, serviço de carga e descarga de equipamentos, sem qualquer ônus para a municipalidade.
- e) O artista deverá possuir todos os instrumentos musicais necessários à plena execução do objeto.
- f) O artista, músicos e equipe técnica do artista deverão autorizar a captação de imagens, áudio e fotos de suas apresentações para ampla divulgação do evento, sem qualquer ônus.



- g) Disponibilizar pessoa responsável para sanar quaisquer dúvidas, referente a prestação de serviços e repasse de informações necessárias para a execução das apresentações.
- h) A contratada obriga-se a fornecer boas condições para execução dos serviços;
- i) Retirar nota fiscal da prestação de serviços da apresentação do artista conforme valor a ser pago, nas dependências do município de Campo Novo do Parecis, conforme seus recolhimentos cabíveis a este serviço, tais como ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Quaisquer Natureza, conforme LEI N° 020/2008 e LEI COMPLEMENTAR N° 035/2011, onde prevê que o ISSQN é devido no local da prestação de serviços sob alíquota de 5%.
- j) Permitir que se realize no dia e local previsto da apresentação, convidados por esta prefeitura, em palco relacionados com a Secretaria Municipal de Cultura e, não havendo nenhuma interferência ou utilização do palco no momento do show, dando continuidade à apresentação.
- k) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras que incidam ou venha a incidir na execução do serviço.
- l) O Contratado se obriga a executar os serviços, objeto deste contrato, no dia **02/07/2026**, sendo a presente data evento exclusivo no município de Campo Novo do Parecis, sendo proibido a apresentação em outra localidade no mesmo dia.
- m) O Contratado se obriga a apresentar “RIDER TÉCNICO” na assinatura do contrato.
- n) O Contratado se obriga a apresentar na assinatura do contrato a relação do repertório musical para fins de pagamento de ECAD.
- o) Na eventual ocorrência de casos fortuitos ou de força maior que impossibilitem a realização do evento, tais como, enfermidade do artista, atrasos de avião, aeroportos fechados, acidentes, condições climáticas muito adversas ou quaisquer outros fatos que impossibilitem à realização do evento, independentemente de aviso prévio, o Contratado fica ciente que será modificado o artista para a apresentação, devendo o Contratado restituir o valor pago de forma antecipada no prazo de até 02 dias úteis.
- p) Tendo em vista que a contratação é para o aniversário do município, em havendo qualquer enfermidade do artista, que impossibilite a sua apresentação na data pré-definida, não haverá a possibilidade de apresentação em data futura em razão da perda do objeto, ou seja, por já ter passado o motivo da sua contratação e os festejos do aniversário da cidade.
- q) No caso em que houver ausência injustificada do artista e dos integrantes da banda-show, o valor pago a CONTRATADA deverá ser reembolsado a CONTRATANTE, acrescido de multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o evento, sem prejuízos das sanções previstas em lei.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação em Diário Oficial.

8.2 A presente licitação se enquadra como Prestação de serviço não contínua, não emergencial, e não poderá ser prorrogado, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



9.1 O presente contrato é realizado por meio de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, em razão da inviabilidade de competição, conforme previsto no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 Poderá haver rescisão do contrato nas seguintes hipóteses:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE quando não cumpridas pela CONTRATADA às cláusulas contratuais aqui estabelecidas ou quando seu cumprimento se der do modo irregular;

II - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

III - Judicial, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 O instrumento ficará sob a responsabilidade de um Gestor de Contrato e por um Fiscal de Contrato cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

11.3 Os agentes fiscalizadores serão designado pela secretaria solicitante.

11.4 Após a Nota de Autorização de Despesa será elaborado o plano de fiscalização do mesmo, conforme as estratégias de execução do serviço em consonância ao Decreto Municipal 56/2023.

11.5 A execução da contratação deverá ser acompanhado e fiscalizado por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

a) Os resultados alcançados em relação a contratação, com a verificação dos prazos de fornecimento e da qualidade demandada;

b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;

c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e a satisfação do público usuário, quando cabível.

11.5.1 O fiscal da contratação deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

a) Não produzir os resultados, deixar de fornecer, ou não fornecer com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) Deixar de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.5.2 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.



11.6 O serviço será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto/serviços está condizente com a fatura, com as informações do contrato, ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o serviço está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro das especificações contratadas.

11.7 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.8 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

11.9 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa Moratória;
- c) Multa Compensatória;



d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

12.2.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Decreto Municipal n. 56/2023.

12.5 Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

- a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

12.6 A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- c) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

12.6.1 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

12.6.2 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:



a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da lei federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, desde que não seja enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 6º do decreto municipal 56/2023;

b) Inércia do fornecedor/contratado ou reincidência na inexecução parcial do contrato enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 8º do Decreto Municipal 056/23;

12.6.3 - de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

12.6.4 - de 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

12.7 A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

12.7.1 - 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

12.7.2 - 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

12.7.3 - 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

12.7.4 - Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

12.7.5 Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os



procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.8 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

b) Dar causa à inexecução total do contrato:

b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

f.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

g) Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:

g.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

h) Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.

h.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

12.9 As penalidades descritas no *caput* do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços/Contrato, ou instrumento equivalente;

12.9.1 A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa, conforme art. 529, §2º do Decreto Municipal 056/23.

12.9.2 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.

12.10 A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 604 do Decreto Municipal 056/23.

12.11 O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.

12.12 A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro



societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo *caput*, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

12.13 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no *caput* do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a.1) Pena - de três anos até quatro anos.

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

b.1) Pena - de três anos até seis anos.

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

c.1) Pena - de três anos até seis anos.

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

d.1) Pena - de três anos até cinco anos.

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

e.1) Pena - de três anos até seis anos.

12.14 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

12.15 A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

12.16 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo *caput*, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica;

12.17 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Decreto Municipal 56/2023.

12.18 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com



sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão, conforme Decreto Municipal 56/2023.

12.19 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.20 A aplicação das sanções previstas no itens acima admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

- a)** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b)** Pagamento da multa;
- c)** Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Campo Novo do Parecis/MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou omissões oriundas da aplicação do presente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E por entenderem assim, justas e acordadas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também assinam.

XXXXXXXXXXXXXXXXX (MT), XXXXX de XXXXXXXXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestor do Executivo/Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5197-1DC8-E029-7B11

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDILSON ANTONIO PIAIA (CPF 390.XXX.XXX-91) em 17/04/2026 07:17:33 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



TARCISIO NASCIMENTO (CPF 797.XXX.XXX-15) em 17/04/2026 07:35:07 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 17/04/2026 às 08:35 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/5197-1DC8-E029-7B11>